



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 04, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Exma. Sra.

**DD. Raquel Moraes**

**Presidente da Câmara Municipal**

Sapucaia do Sul – RS

Nesta.

Processo nº  
Nº 21356 / 037 / 2020

<b>SECRETARIA DA MESA</b>	
O presente expediente foi a apresentado em plenário.	
EM	03 / 03 / 2020
na	4ª reunião da 4ª Sessão
legs. da 14ª leg.	
Ver. Secretário	

**Senhora Presidente,**

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo para apreciação, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre as normas para a exploração do serviço de Transporte Escolar no Município de Sapucaia do Sul.

O projeto de lei que ora encaminho para análise e apreciação trata do serviço de Transporte Escolar, uma modalidade de transporte privado e contratado diretamente entre o usuário e o transportador. Esses transportadores estão sujeitos às regras da legislação municipal, mas esta se encontra desatualizada.

O transporte escolar realizado por veículos terceirizados têm sido uma opção cada vez mais utilizada para pais que não tem condições de levar seus filhos ou dependentes para a escola. Por isso é importante salientar que o projeto vai ao encontro dos interesses da Comunidade Escolar e dos Transportadores, que primam pela necessária atualização da legislação a respeito da matéria.

Cumpre frisar que a proposta em apreço teve a minuta previamente aprovada pelos membros do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes – CMTT.

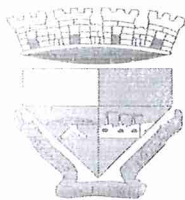
Salienta-se que há necessidade que a aprovação ocorra ainda próxima do início do ano letivo pra propiciar maior segurança aos estudantes e suas famílias, bem como aos transportadores.

Ademais ressalta-se que há necessidade de regular e atualizar a tarifa deste tipo de transporte, em especial porque a última regulamentação ocorreu pelo Decreto nº. 3890, de 9 de abril de 2012.

Ante ao exposto, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**LUIS ROGERIO LINK,**  
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**PROJETO DE LEI Nº /2020**

Proj. Lei Exec. Nº  
Nº 004 /2020

**Dispõe sobre as normas para a exploração do serviço de Transporte Escolar no Município de Sapucaia do Sul.**

O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte,

**LEI Nº**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O transporte de escolar constitui serviço de utilidade pública destinado ao transporte de professores e alunos regularmente matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares de ensino no Município de Sapucaia do Sul.

**Parágrafo único.** Compete à Diretoria de Tráfego do Município a plena administração do transporte escolar.

**Art. 2º** A licença para o serviço de transporte escolar dar-se-á por autorização concedida pela Diretoria de Tráfego e será executado:

**I** – por pessoas físicas, na modalidade profissional autônomo; e

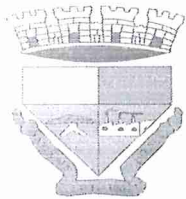
**II** – por pessoas jurídicas.

**§ 1º** Será emitida apenas 1 (uma) autorização por pessoa física e, no máximo, 5 (cinco) para cada pessoa jurídica.

**§ 2º** Fica vedada a outorga de autorização na modalidade de profissional autônomo ao proprietário e/ou sócio da pessoa jurídica que já tenha autorização para operar no transporte escolar do Município de Sapucaia do Sul.

**§ 3º** O número de veículos autorizados na atividade não poderá exceder a proporção de 1 (um) veículo para cada 4500 (quatro mil e quinhentos) habitantes, conforme estimativa oficial da população divulgada pelo IBGE, a qual deve ser anualmente revisada.





Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



§ 4º Nenhuma licença nova será autorizada se tiver sido atingido o limite de licenças, conforme previsão do § 3º deste artigo.

**Art. 3º** A licença para o transporte escolar será concedida aos interessados, a qualquer tempo, desde que comprove os requisitos para o exercício da atividade e desde que não haja restrição quanto às limitações de autorizações definidas no art. 2º desta Lei.

§ 1º Aos autorizados do serviço de transporte escolar que possuam Alvará de Licença, antes da vigência desta Lei, será assegurado o direito de permanecerem com a autorização, sujeitando-se, porém, ao cumprimento das demais determinações contidas nesta Lei.

§ 2º Os interessados em prestar o serviço de transporte escolar deverão protocolar o pedido no setor de protocolo da Prefeitura de Sapucaia do Sul anexando cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I – CNH com habilitação para o transporte escolar;
- II – comprovante de endereço no Município (conta de água, luz ou telefone fixo);
- III – documento do veículo;
- IV – pessoas jurídicas devem ter a atividade de transporte escolar em seu CNPJ.

## **CAPÍTULO II**

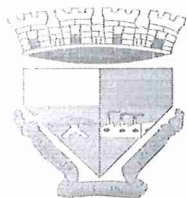
### **DOS AUTORIZADOS E DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS**

#### **Seção I**

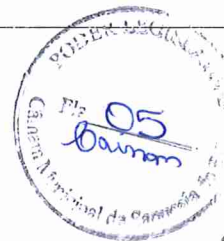
##### **Dos autorizados**

**Art. 4º** Para operar no transporte escolar o motorista profissional autônomo deverá cumprir às seguintes exigências:

- I – ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- II – estar habilitado nas categorias D ou E;
- III – possuir bons antecedentes;
- IV – ter concluído o curso específico de condutores de veículos de transporte escolar;
- V – ser proprietário ou possuir arrendamento mercantil, em seu nome, do veículo com o qual pretende operar no serviço;



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**VI** – possuir apólice de seguro do veículo que inclua os usuários;

**VII** – estar inscrito no cadastro fiscal do Município de Sapucaia do Sul;

**VIII** – manter atualizado seu endereço residencial e telefone.

**Parágrafo Único.** Ao motorista profissional autônomo poderá ser concedida apenas uma licença.

**Art. 5º** Para operar no transporte escolar a pessoa jurídica deverá cumprir as seguintes exigências:

**I** – estar legalmente constituída;

**II** – dispor de escritório com sede e foro em Sapucaia do Sul e manter endereço e telefone atualizados;

**III** – dispor de área apropriada para o estacionamento dos veículos;

**IV** – ser proprietária ou possuir arrendamento mercantil, em seu nome, dos veículos com os quais pretende operar no serviço.

**§ 1º** A pessoa jurídica que possuir arrendamento mercantil de veículo deve garantir a regularidade dos serviços sob pena de perda da autorização.

**§ 2º** A cada pessoa jurídica poderá ser concedida, no máximo, 5 (cinco) licenças, conforme art. 2º desta Lei.

**Art. 6º** Cumpridas todas as exigências contidas nesta Seção, a Diretoria de Tráfego expedirá o competente Termo de Autorização para a exploração do serviço de transporte escolar.

## **Seção II**

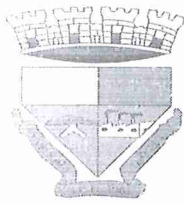
### **Dos(as) Condutores(as) de Veículos Escolares**

**Art. 7º** Todos os condutores de veículos escolares serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro de Condutores mantido pela Diretoria de Tráfego.

**§ 1º** A inscrição será feita mediante requerimento instruído com os seguintes documentos:

**I** – cópia da CNH nas categorias D ou E;

**II** – certidões de antecedentes civis e criminais;



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**III** – certificado de conclusão do curso específico para condutores;

**IV** – alvará de localização para condutor autônomo (SMICAA).

§ 2º Aos inscritos será fornecida carteira de identificação de condutor, com validade de 1 (um) ano, devendo esta ser renovada até o último dia do mês de vencimento.

§ 3º Somente os profissionais inscritos no Cadastro de Condutores poderão operar os veículos do transporte escolar.

**Art. 8º** Os(as) condutores(as) de veículos escolares devem usar trajes adequados durante a atividade, preservando as exigências do decoro e da segurança, destacando-se o uso de camisa social ou camiseta lisa, calça social ou calça jeans, bermuda à altura do joelho e calçados fechados ou sandálias.

### **CAPÍTULO III DOS VEÍCULOS**

**Art. 9º** Somente veículos do tipo camioneta, ônibus ou micro-ônibus poderão ser utilizados no serviço de transporte escolar, devendo, conforme o tipo, apresentar as seguintes características:

**I** – se do tipo camioneta, deverá possuir 3 (três) portas e lotação mínima de doze (12) passageiros;

**II** – se do tipo ônibus ou micro-ônibus, deverá possuir uma porta de entrada/saída e uma saída de emergência;

**III** - estar emplacado no Município de Sapucaia do Sul.

§ 1º Para novas autorizações ou substituições dos carros já autorizados a partir da vigência desta Lei, será exigido ar-condicionado.

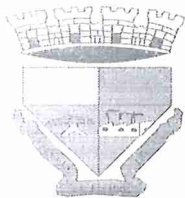
§ 2º Para as pessoas jurídicas é exigido que, pelo menos, 20% (vinte por cento) da frota deve ser adaptada para deficientes.

**Art. 10.** O veículo utilizado no serviço de transporte escolar deverá:

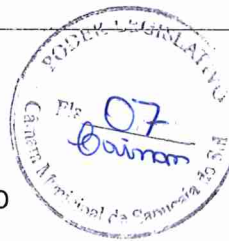
**I** – ter pintada com tinta amarela, em toda a extensão da carroceria, uma faixa horizontal com 40 (quarenta) centímetros de largura, situada a meia altura, na qual constará o dístico “ESCOLAR”, em letras pretas;

**II** -- ter pintada, nas duas laterais e na parte traseira, o prefixo do veículo, com dimensão mínima de vinte (20) centímetros de altura;





Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**II** – possuir apólice de seguro contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos;

**III** – estar especialmente licenciado para tal finalidade;

**IV** – atender a todas as normas prescritas no Código de Trânsito Brasileiro, nesta Lei e nas Normas Complementares da Diretoria de Tráfego do Município.

**Parágrafo único.** A faixa prevista no inciso I deste artigo poderá ser do tipo removível, porém de uso obrigatório durante a execução do serviço.

**Art. 11.** Todos os veículos utilizados no serviço de transporte escolar terão, obrigatoriamente, que passar por inspeção técnica veicular anual, em pessoa jurídica credenciada, a fim de garantir a verificação dos itens de segurança, conforto e aparência.

**Parágrafo Único.** A critério exclusivo da Diretoria de Tráfego, o prazo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser reduzido.

**Art. 12.** Após a apresentação do laudo de inspeção técnica veicular, a Diretoria de Tráfego fornecerá alvará de licença e o selo de vistoria contendo a data na qual foi realizada e seu prazo de validade.

**Art. 13.** Para a inclusão e manutenção do veículo no transporte escolar, o veículo não poderá ter mais de 10 (dez) anos de fabricação e nem prosseguir no serviço com mais de 20 (vinte) anos.

**Art. 14.** A substituição do veículo utilizado no transporte escolar deverá ser solicitada por requerimento à Diretoria de Tráfego e o ano de fabricação do veículo que entrará em serviço não pode ser menor do que o ano de fabricação do veículo a ser retirado.

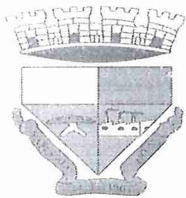
**Art. 15.** Os veículos utilizados no serviço de transporte escolar obedecerão à lotação estabelecida no certificado de registro e licenciamento (CRLV), sendo proibido o transporte de passageiros em pé.

#### **CAPÍTULO IV DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 16.** Não é permitida a transferência da autorização a terceiros.

#### **CAPÍTULO V DAS TARIFAS**

**Art. 17.** O preço do serviço será estabelecido livremente entre autorizados e usuários com base no mercado, devendo ser firmado contrato por escrito, utilizando como



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



parâmetro o valor de 55 UMR (cinquenta e cinco Unidades Municipais de Referência Fiscal) por mês, admitindo-se uma variação de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos.

§ 1º Os(as) autorizados(as) deverão entregar cópia dos contratos firmados com seus clientes à Diretoria de Tráfego, acompanhados dos originais para conferência.

§ 2º Nenhum veículo escolar poderá transportar professores e/ou alunos, mediante remuneração tarifária, sem que cumpra as disposições contidas na presente Lei.

## CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 18. A prestação do serviço de transporte escolar em desacordo com as normas estabelecidas nesta Lei acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas, sem prejuízo de outras previstas no CTB.

Art. 19. Para fins de controle da prestação dos serviços de que trata esta Lei, bem como de manutenção das autorizações será efetuado, pela Diretoria de Tráfego, registro das infrações cometidas pelos autorizados e condutores.

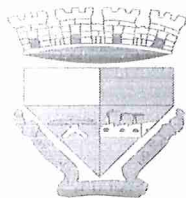
§ 1º A cada infração cometida será computada pontuação ao autorizado ou condutor obedecido ao abaixo disposto:

- I – infração leve: 2 (dois) pontos;
- II – infração média: 3 (três) pontos;
- III – infração grave: 4 (quatro) pontos;
- IV – infração gravíssima: 10 (dez) pontos.

§ 2º O autorizado que atingir vinte (20) pontos no período de doze (12) meses, a contar da primeira infração, terá sua licença revogada, e, o condutor sua carteira de transportador(a) escolar suspensa por doze (12) meses, mediante decisão fundamentada do(a) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito, em processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.

Art. 20. São infrações leves, imputadas ao autorizado ou condutor do transporte escolar, as seguintes condutas:

- I – utilizar veículo fora da padronização;
- II – conduzir o veículo usando trajes inadequados;
- III – omitir informações solicitadas pela Diretoria de Tráfego;



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



IV – deixar de fornecer recibo ou nota fiscal de prestação de serviço aos usuários;

V – operar sem a identificação do prefixo do veículo;

VI – operar sem portar a relação atualizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados.

**Penalidade:** Multa de 50 (cinquenta) UMRF.

**Art. 21.** São infrações médias, imputadas ao autorizado ou condutor do transporte escolar, as seguintes condutas:

I – desobedecer às orientações da fiscalização;

II – conduzir o veículo sem identidade fornecida pela Diretoria de Tráfego;

III – faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;

IV – deixar de realizar a inspeção técnica veicular no prazo estabelecido nesta Lei, salvo motivo justificado;

V – deixar de comunicar à Diretoria de Tráfego as alterações de endereço e de telefone;

VI – manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;

VII – realizar o transbordo de passageiros sem prévia autorização do responsável do aluno ou sem motivo de força maior;

VIII – trafegar sem portar o alvará de licença;

IX – desobedecer às normas e regulamentos da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

**Penalidade:** Multa de 70 (setenta) UMRF.

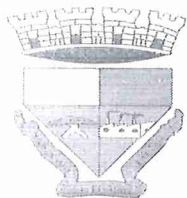
**Art. 22.** São consideradas infrações graves imputadas ao autorizado ou condutor do transporte escolar, as seguintes condutas:

I – operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;

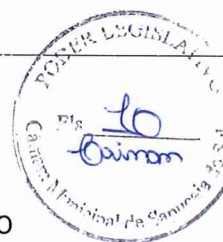
II – alterar ou rasurar o selo de vistoria;

III – confiar à direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela Diretoria de Tráfego;





Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



IV – negar a apresentação dos documentos à fiscalização;

V – deixar de operar no sistema de transporte escolar, sem motivo justificado, pelo período de dois (02) dias letivos consecutivos ou cinco (05) dias letivos alternados;

VI – não comparecer a vistoria, salvo apresentação de justificativa aceita pela Diretoria de Transportes,

VII – deixar, o condutor ou passageiros, de usar o cinto de segurança.

VIII - fumar ou conduzir cigarros acesos e semelhantes no interior do veículo;

**Penalidade:** Multa de 90 (noventa) UMRF.

**Medida Administrativa:** Retenção do veículo.

**Art. 23.** São consideradas infrações gravíssimas imputadas ao autorizado ou condutor do transporte escolar, as seguintes condutas:

I – deixar de operar no sistema de transporte escolar sem motivo justificado pelo período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou 10 (dez) dias letivos alternados;

II – colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo previamente justificado;

III – abastecer o veículo quando estiver transportando passageiros;

IV – trafegar com as portas abertas;

**Penalidade:** Multa de 110 (cento e dez) UMRF e revogação da autorização.

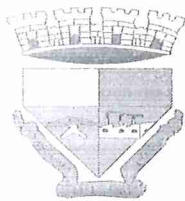
**Medida Administrativa:** Recolhimento do alvará de licença e do veículo.

**Art. 24.** Constitui infração absolutamente incompatível com o serviço, ensejando a revogação da autorização:

I – a decretação da falência ou dissolução da empresa autorizada;

II – a decretação da insolvência da pessoa física titular da autorização;

III – a perda das condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço;



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



IV – a prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação dos serviços.

## CAPÍTULO VII DA NOTIFICAÇÃO, PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA RECURSOS

**Art. 25.** A Notificação da Autuação será efetuada, preferencialmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento – AR - ou com a coleta da assinatura do(a) autorizado(a).

§ 1º O prazo para o oferecimento de defesa ou recurso será contado a partir da data em que se der a ciência do(a) autorizado(a).

§ 2º Inexistente a notificação por AR, será procedida à ciência do(a) autorizado(a) por meio de publicação em jornal de ampla circulação no Município.

**Art. 26.** Notificado(a) o(a) autorizado(a), poderá este indicar a autoria da infração, no mesmo prazo para a apresentação de defesa, informando se foi o próprio ou condutor cadastrado no prefixo quem a praticou, devendo a indicação conter, sempre, a assinatura de ambos, bem como estar acompanhada de cópias da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da Carteira de Condutor, quando for o caso.

**Parágrafo Único.** Não sendo indicada a autoria referida no “caput” deste artigo, será atribuída no registro do prefixo a pontuação correspondente.

**Art. 27.** As defesas e os recursos das autuações deverão ser protocolados em processos individuais, por Auto de Infração, vedada a cumulação de autos em um único expediente.

**Art. 28.** O prazo de defesa será de 30 (trinta) dias a contar da notificação e será apresentada por meio de requerimento dirigido ao Diretor de Tráfego.

§ 1º O deferimento do pedido ensejará o cancelamento da autuação.

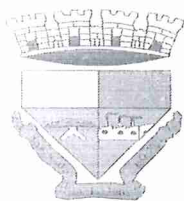
§ 2º Esgotado o prazo sem a apresentação da defesa, ou tendo esta sido considerada improcedente, será aplicada a penalidade correspondente à autuação, mediante notificação do penalizado e emitida guia para o pagamento da referida multa.

**Art. 29.** A autuação somente gerará efeitos ao autuado após transcorrido o prazo para interposição de recurso.

**Parágrafo Único.** O vencimento da multa dar-se-á no mesmo prazo de interposição do recurso, contado da Notificação por Aplicação de Penalidade.

**Art. 30.** Da aplicação da penalidade caberá recurso, com efeito suspensivo, ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito, para decisão final, no prazo de 15 (quinze)





Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



dias contados da notificação do indeferimento da defesa ou, caso não apresentada, do término do prazo desta.

§ 1º O recurso deverá guardar relação com os fundamentos da decisão de indeferimento da defesa, vedada a apresentação de novos fatos ou argumentos, exceto quando versarem sobre vícios, erros materiais ou formais.

§ 2º Notificado(a) o(a) infrator(a) ou responsável, quanto à autuação e não tendo sido apresentada tempestiva defesa, o recurso cingir-se-á, tão somente, quanto aos vícios, aos erros materiais e formais.

§ 3º Tempestivo o recurso, será o expediente encaminhado ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito para apreciação e decisão final.

§ 4º Negado provimento ao recurso será emitida nova guia para o pagamento da referida multa.

**Art. 31.** O(A) autorizado(a) ou condutor(a) que possuir processo administrativo instaurado para a suspensão de serviço, revogação ou cassação da outorga ou, ainda, para o descadastramento da função, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para apresentar defesa, mediante requerimento dirigido ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito.

§ 1º Transcorrido o prazo de defesa, independente da apresentação desta, será o processo administrativo remetido ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito, para julgamento em primeira instância.

§ 2º O deferimento da defesa ensejará o arquivamento do processo.

§ 3º O desacolhimento da defesa ensejará a procedência do processo administrativo, com a aplicação da penalidade por meio de portaria publicada pelo(a) ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito.

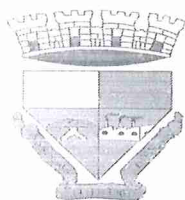
§ 4º Da decisão pela procedência do processo caberá recurso interposto perante o(a) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito e dirigido ao Prefeito, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 5º No juízo de admissibilidade do recurso previsto no § 4º deste artigo, será oportunizado ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito reconsiderar a sua decisão ou remetê-lo ao Prefeito, para decisão final.

§ 6º Recebido o recurso pelo Prefeito e julgado provido, será arquivado o processo administrativo.

§ 7º Não sendo provido o recurso, será mantida a penalidade que poderá ser de suspensão do serviço, de descadastramento do condutor, de revogação ou de cassação da autorização.





Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**Art. 32.** Aos penalizados com o descadastramento da função ou, ainda, com a revogação da autorização, somente será permitido cadastrar-se, recadastrar-se, licitar, arrendar, investir-se por qualquer forma na qualidade de outorgado de serviço público, patrocinar interesse de terceiro na qualidade de procurador ou, ainda, prestar ou figurar, de quaisquer formas, no serviço de transporte escolar deste Município senão após o transcurso de 60 (sessenta) meses, contados da aplicação da penalidade, bem como após a conclusão de curso de qualificação para o transporte escolar.

**Art. 33.** A representação do autuado por terceiro nos processos de defesa ou recurso somente será admitida por meio da juntada do respectivo instrumento de procuração, sem o qual o expediente será extinto por ilegitimidade de parte.

**Parágrafo Único.** As pessoas jurídicas autuadas deverão juntar ao processo o contrato social e os demais documentos que autorizem o sócio a representá-la e, caso o ato seja efetuado por terceiro, a respectiva procuração outorgada por aquele, sem os quais incidirão os efeitos descritos no “caput” deste artigo.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 34.** Fica delegada competência ao Diretor de Tráfego para julgar as defesas das autuações e ao(à) Secretário(a) Municipal de Segurança e Trânsito para julgar os recursos das autuações ordinárias do serviço de transporte escolar deste Município, bem como outorgar termos de autorização para os serviços de transporte escolar deste Município.

**Art. 35.** Em caso de extinção da Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF será adotada a Unidade de Referência que lhe venha substituir.

**Art. 36.** No transporte escolar de crianças é obrigatória a presença de pessoa qualificada, com treinamento específico para assistência e acompanhamento dos alunos durante o percurso.

**Art. 37.** Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei para que os(as) autorizados(as) do serviço de transporte escolar que possuam Alvará de Licença e prefixo, conforme art. 3º desta Lei, comprovem o cumprimento das demais determinações ora estabelecidas.

**Parágrafo único.** No mesmo prazo estabelecido no “caput” deste artigo, os(as) autorizados(as) do serviço de transporte escolar e demais interessados devem apresentar requerimento para manutenção e/ou transferência do Alvará de Licença e prefixo.

**Art. 38.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Municipais nº 1.164/1987, nº 1.601/1991, nº 1.674/1992 e nº 2.694/2004.